

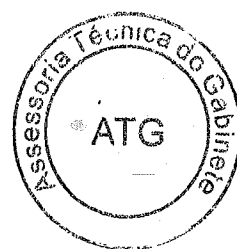


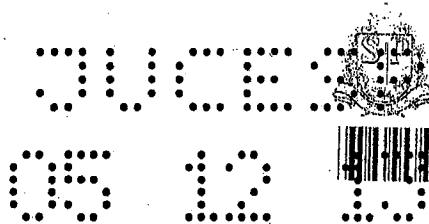
**SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
PROCESSO STM Nº 000695/2012 - PPP da Linha 6 – Laranja**

CONTRATO DE CONCESSÃO PATROCINADA Nº 015/2013

**ANEXO XIV
ESTATUTO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA E ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE
CONSTITUIÇÃO**

R





JUCESP PROTOCOLO
2.215.596/13-2

CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)

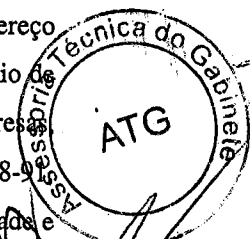
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO

REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2013

DATA, HORA E LOCAL DA ASSEMBLEIA: Realizada no dia 25 de novembro de 2013, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, CEP 04726-170.

PRESENCAS: Presentes os fundadores e subscritores das ações da Companhia, representando a totalidade de seu capital social inicial, a saber:

(a) **ODEBRECHT TRANSPORT S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida das Nações Unidas, 4.777, 5º andar, sala 8, Bairro Alto de Pinheiros, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 12.251.483/0001-86, com seus atos societários arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.381.548, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social por seus representantes legais, o Sr. **RODRIGO DE ALMEIDA CARNAÚBA**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade nº 26.807.505-0 SSP/AL, inscrito no CPF/MF sob nº 925.596.384-87, com endereço comercial na Praia de Botafogo, 300, 10º andar, CEP 22250-040, Cidade e Estado de do Rio de Janeiro; e o Sr. **IRINEU BERARDI MEIRELES**, brasileiro, casado, administrador de empresas,



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSE MILTON TARALLO TABELÃO
Rua Santo Amaro, 100, 1º andar, sala 101, Centro, São Paulo, SP, CEP 01010-000
Autentico a presente cópia representada
conforme original em meu livro de autenticidade
do que dou fé, 25 de novembro de 2013.

(b) **CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.**, sociedade por ações com sede na Rua 51, 2º ao 6º andares, Centro, Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20030-041, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.412.792/0001-60, com seus atos societários arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.300.015.418, neste ato



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

JUCESP
05 12 13

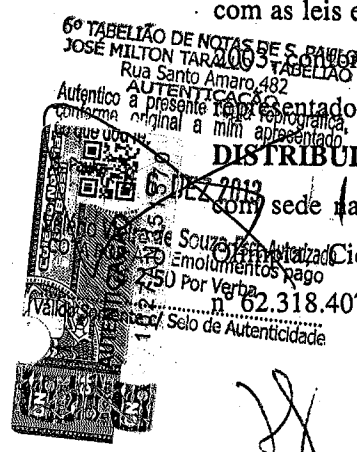
devidamente representada na forma do seu estatuto social por seus representantes legais, o Sr. **CARLOS ALBERTO MENDES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 10.730.121 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF nº 054.324.388-52, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 750, 18º andar, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04530-001; e o Sr. **AMILCAR BASTOS FALCÃO**, brasileiro, casado, advogado, portador da carteira de identidade nº 10128-OAB/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 284.573.744-00, com endereço comercial na Rua Santa Luzia, 651, 7º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP: 20030-041 ("COG");

(c) **UTC PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, 9º andar, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04726-170, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.164.892/0001-91, com seus atos societários arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.388.623, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social por seus representantes legais, o Sr. **RICARDO RIBEIRO PESSÔA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 684.844 SSP/BA e inscrito no CPF/MF nº 063.870.395-68, com endereço comercial na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, 9º andar, Edifício Andorra, Chácara Santo Antônio, CEP 04726-170, na Cidade e Estado de São Paulo; e o Sr. **FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA ROCHA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 7.299.089-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 037.741.397-68, com endereço comercial na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, 9º andar, Edifício Andorra, Chácara Santo Antônio, CEP 04726-170, na Cidade e Estado de São Paulo ("UTC"); e

(d) **ECO REALTY - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES**, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado, em conformidade com as leis e regulamentações do Brasil, em especial, a Instrução CVM 391, de 16 de julho de

1997, alterada, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 16.734.941/0001-99 ("FIP"), neste ato representado de acordo com os termos de seu regulamento, por seu administrador, **CRV DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, sociedade por ações

com sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, Bloco A (parte), Vila São Paulo, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 04543-011, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02.318.407/0001-19, neste ato devidamente representado por seus representantes legais, o Sr.



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

88 6 2 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100

DUCE SP
05 12 13

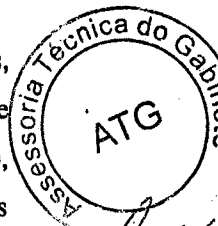
representado por 520.000.000 (quinhentas e vinte milhões) de ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma. Conforme consta dos Boletins de Subscrição de Ações que integram a presente Ata como seu Anexo II, o capital social foi totalmente subscrito pelos acionistas fundadores, da seguinte forma:

(a) **OTP** subscreveu 101.972.000 (cento e um milhões e novecentas e setenta e duas mil) ações ordinárias, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo integralizado nesta data, em moeda corrente nacional, o montante de R\$ 10.197.200,00 (dez milhões e cento e noventa e sete mil e duzentos reais), sendo que a integralização do restante do capital deverá observar as regras estabelecidas nos itens 18.2, 18.2.1 e 18.2.1.1 do Contrato de Concessão, no montante remanescente de R\$ 91.774.800,00 (noventa e um milhões e setecentos e setenta e quatro mil e oitocentos reais);

(b) **CQG** subscreveu 101.972.000 (cento e um milhões e novecentas e setenta e duas mil) ações ordinárias, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo integralizado nesta data, em moeda corrente nacional, o montante de R\$ 10.197.200,00 (dez milhões e cento e noventa e sete mil e duzentos reais), sendo que a integralização do restante do capital deverá observar as regras estabelecidas nos itens 18.2, 18.2.1 e 18.2.1.1 do Contrato de Concessão, no montante remanescente de R\$ 91.774.800,00 (noventa e um milhões e setecentos e setenta e quatro mil e oitocentos reais);

(c) **UTC** subscreveu 68.016.000 (sessenta e oito milhões e dezesseis mil) ações ordinárias, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo integralizado nesta data, em moeda corrente nacional, o montante de R\$ 6.801.600,00 (seis milhões e oitocentos e um mil e seiscentos reais), sendo que a integralização do restante do capital deverá observar as regras estabelecidas nos itens 18.2, 18.2.1 e 18.2.1.1 do Contrato de Concessão, no montante remanescente de R\$ 61.214.400,00 (sessenta e um milhões e duzentos e quatorze mil e quatrocentos reais);

FIP subscreveu 248.040.000 (duzentos e quarenta e oito milhões e quarenta mil) ações ordinárias, pelo preço de R\$ 1,00 (um real) cada, tendo integralizado nesta data, em moeda corrente nacional, o montante de R\$ 24.804.000,00 (vinte e quatro milhões e oitocentos e quatro mil e quarenta reais), sendo que a integralização do restante do capital deverá observar as regras estabelecidas nos itens 18.2, 18.2.1 e 18.2.1.1 do Contrato de Concessão, no montante



6º TABELIAO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSE MILTON TARALLO - TABELIAO
Rua Santo Amaro, 482

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

06 DEZ 2013
Mário de Souza e Silva
CÓDIGO Emolumentos pago
R\$ 2,50 Por Verba
Média: c/ Selo de Autenticidade

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

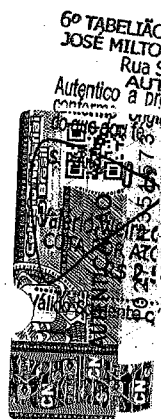
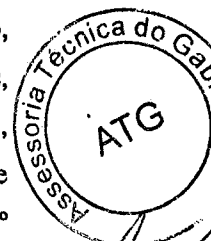
JUCESP
05 12 13

remanescente de R\$ 223.236.000,00 (duzentos e vinte e três milhões e duzentos e trinta e seis mil reais);

(e) Atendidos os requisitos preliminares exigidos nos termos do art. 80 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, inclusive o depósito de 10% (dez por cento) do capital social, no valor de R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais), no Banco do Brasil S.A., conforme comprovante de depósito que passa a fazer parte integrante da presente Ata como seu Anexo III, o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia de pleno direito;

(f) O capital social deverá ser aumentado para, no mínimo, o valor de R\$ 890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais) até o 25º (vigésimo quinto) mês do início do prazo de vigência da concessão. Toda e qualquer integralização do capital social da Companhia deverá observar os termos dos itens 18.2, 18.2.1 e 18.2.1.1 do Contrato de Concessão.

Passou-se, a seguir, nos termos do Estatuto Social aprovado, à eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, tendo sido eleitos pelos acionistas fundadores, por unanimidade, com mandatos unificados de 1 (um) ano a contar da presente data, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia: (a) o Sr. **Rodrigo de Almeida Carnaúba**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, inscrito no CPF/MF sob o nº 925.596.384-87, portador da carteira de identidade RG nº 26.807.505-0 SSP/AL, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Praia de Botafogo, 300, 8º andar, bairro Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.250-040, como membro titular, e como seu suplente o Sr. **Irineu Berardi Meireles**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF/MF sob o nº 192.272.218-91, portador da cédula de identidade RG nº 4.194.000 SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas, 4.777, 5º andar, bairro Alto de Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05477-000; (b) o Sr. **Adriano Sá de Seixas Maia**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF/MF sob o nº 066.328.57-80 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas, 4.777, 5º andar, Ala A, bairro Alto de Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05477-000, como membro titular, e como seu suplente o Sr. **Marcelo Fogaça Cristante**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 066.328.57-80 SSP/BA, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas, 4.777, 5º andar, Ala A, bairro Alto de Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05477-000.



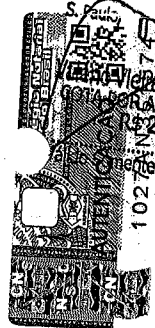
DUCE SP
05 12 13

nº 25241521, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.355.828-08, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 4.777, 5º andar, Ala A, Alto de Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05477-000; (c) o Sr. **Marcelo Felberg**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 708.271.337-15, portador da cédula de identidade RG nº 4.492.881 IFP/RJ, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas, 4.777, 5º andar, bairro Alto de Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05477-000, como membro titular, e como seu suplente o Sr. **Hugo Gonçalves Vieira de Assunção**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 248.802.578-00, portador da carteira de identidade RG nº 23.383.414-x SSP/SP, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 8º andar, bairro Butantã, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-050; (d) o Sr. **Carlos Alberto Mendes dos Santos**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 10.730.121, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.324.388-52, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 750, 18º andar, bairro Itaim Bibi, CEP 04530-001, como membro titular, e como seu suplente o Sr. **Rui Vaz da Costa Filho**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 1.140.067, expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 180.541.884-04, domiciliado na Rua Santa Luzia, 651, 6º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20030-041; (e) o Sr. **André de Oliveira Cância**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 2.637.967 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 427.729.234-87, domiciliado na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 360, bairro Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000, como membro titular, e como seu suplente o Sr. **Luiz Augusto Rosa Gomes**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 15167358 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 143.257.538-42, domiciliado na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 360, bairro do Itaim



6º TABELÃO DE NOMES
JOSE MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000; (f) o Sr. **Ricardo Von**, brasileiro, casado, engenheiro de minas, inscrito no CREA sob o nº 5060147823-DSP, portador da Cédula de Identidade nº 17.482.230 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 4.368.51, domiciliado na Rua Santa Luzia, 651, 6º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20030-041, como membro titular, e como seu suplente o Sr. **Amílcar Bastos Falcão**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 10.128 e



Handwritten signatures and scribbles at the bottom of the page.

DUCE SP
05 12 13

no CPF/MF sob o nº 284.573.744-00, domiciliado na Rua Santa Luzia, 651, 7º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20030-041; (g) o **Sr. João Eduardo Cerdeira de Santana**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG nº 5.680.347-SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 007.462.258-73, com endereço comercial na Av. Maria Coelho Aguiar, 215, 5º andar (Torre F), Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05804-900, como membro titular, e como seu suplente o **Sr. José Roberto Maluf Moussalli**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 5.142.970-8 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 666.557.228-53, com endereço comercial na Av. Maria Coelho Aguiar, 215, 5º andar (Torre F), Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05804-900; (h) o **Sr. Walmir Pinheiro Santana**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 120.762.790-SSP/BA e inscrito no CPF/MF sob o nº 261.405.005-91, com endereço comercial na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, 384, 9º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04726-170, como membro titular, e como seu suplente o **Sr. Renato Tai**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG sob o nº 21.663.570 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 153.777.618-55, com endereço comercial na Av. Alfredo Egídio de Souza Aranha, 384, 9º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04726-170; e (i) o **Sr. Celso da Fonseca Rodrigues**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG sob o nº 30854182-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 338.765.417-00, residente e domiciliado na Rua Morgado de Mateus, 340, apto. 74, bairro Vila Mariana, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04015-050, como membro titular, e como seu suplente o **Sr. Mario Bianchini Júnior**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG sob o nº 18.814.382 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 114.937.658-92, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 750, 18º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-001;

Os membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes, ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que: (i) aceitam a indicação ao cargo; (ii) não estão impedidos de exercer a

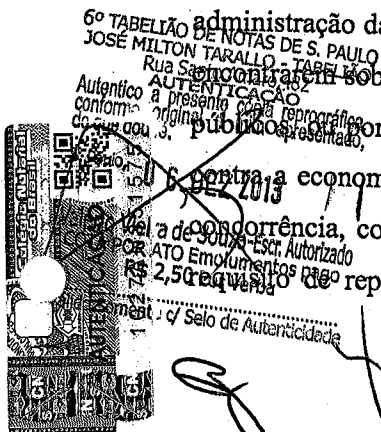
administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos

públicos, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou

contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de

concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade; e (ii) atendem ao

requisito de reputação ilibada, não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada



Handwritten signatures and initials at the bottom of the document.

DUCEAP
05 12 13

concorrente da Companhia, e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia; pelo que os Srs. Conselheiros, e seus respectivos suplentes, acima eleitos ficam, por deliberação ocorrida nesta Assembleia Geral, autorizados a ocupar os cargos de membros, e suplentes de membros, do Conselho de Administração da Companhia, para os quais foram eleitos, até o final de seus respectivos mandatos, que ocorrerá no prazo de 1 (um) ano a contar desta data.

Os membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes, ora eleitos tomaram posse de seus cargos nesta data, mediante a assinatura de termos de posse lavrados em folhas apartadas, que seguirão como Anexo IV à presente Ata, comprometendo-se a transcrevê-los oportunamente no Livro de Atas de Reunião de Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração, e seus respectivos suplentes ora eleitos deixam, desde já, consignado que a presente ata também foi lavrada em folhas apartadas e comprometem-se a transcrevê-la oportunamente no Livro de Atas de Reunião de Conselho de Administração.

O Sr. Presidente, por fim, esclareceu que:

- (i) os Conselheiros de Administração ficariam incumbidos de ultimar, junto a diretoria eleita da Companhia, as formalidades remanescentes para registro da constituição da Companhia perante os órgãos competentes, e
- (ii) As publicações da Companhia serão realizadas no "Diário do Comércio de São Paulo" e "Diário Oficial do Estado de São Paulo".

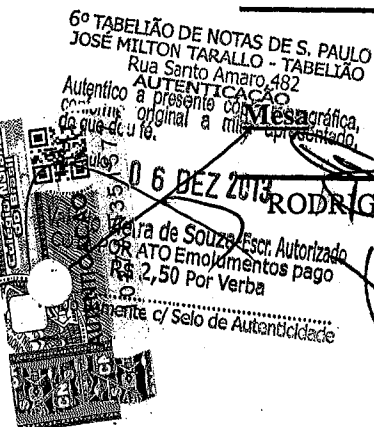
ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes.

São Paulo, 25 de novembro de 2013

RODRIGO DE ALMEIDA CARNAÚBA

Presidente

RENATO TAI
Secretário



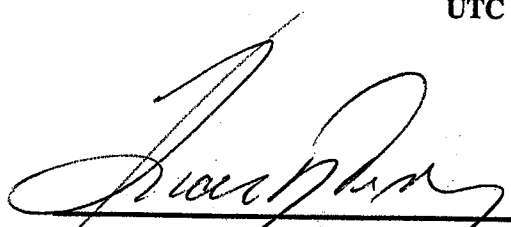
Handwritten signatures of the President, Secretary, and other attendees.




JUCESP
05 12 13

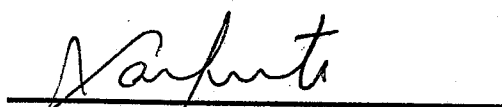
(Página de assinaturas 2/2 da ata de assembleia geral de constituição da Concessionária Move São Paulo S.A., realizada em 25 novembro de 2013)


UTC PARTICIPAÇÕES S.A.


RICARDO RIBEIRO PESSOA
Presidente

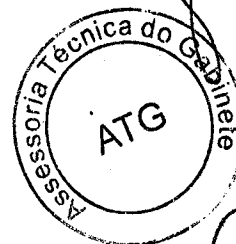
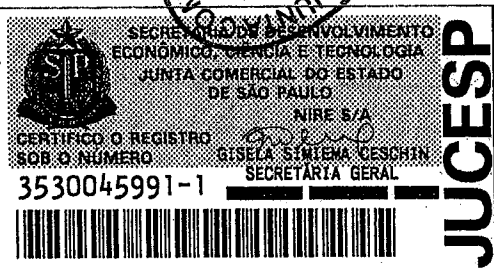

FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA ROCHA
Vice Presidente

ECO REALTY - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES


SAULO DOS SANTOS CLEMENTE
Procurador


ADRIANO SANTOS AMORIM
Procurador

Visto do Advogado:



6º TABELÃO DE NOTAS DE SÃO PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro 382
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente a minuta do presente
conforme original a mim autenticado
do que dou fé.
OAB/SP nº 270.208

S. Paulo, 06 DEZ 2013
Valério Vieira de Souza - Esc. Autorizado
COTA PCO 173,50 por Verbo Oficial
Válida
1027AN351578

JUCESP
05 12 13

ANEXO I

À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2013

Estatuto Social da Concessionária Move São Paulo S.A.

[Handwritten signature]
[Handwritten mark]



[Multiple handwritten signatures]



06 DEZ 2012

1027AN3

JUCESP
05 12 13

licitatório promovido pelo Poder Concedente nos termos do Edital de Concessão nº 004/2013 ("Edital").

Parágrafo Primeiro - O objeto social da Companhia não poderá sofrer modificação, nos termos do Edital.

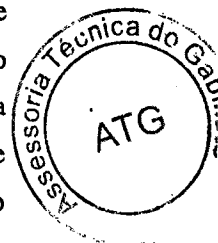
Parágrafo Segundo - Será permitido à Companhia realizar projetos associados e aferir receitas alternativas, complementares ou acessórias nos termos do artigo 11 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e suas alterações posteriores.

Capital Social e Ações

Art. 4º - O capital social subscrito é de R\$ 520.000.000,00 (quinhentos e vinte milhões de reais), dividido em 520.000.000 (quinhentas e vinte milhões) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social integralizado nesta data, em moeda corrente nacional, é de R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais), sendo que a integralização do restante do capital deverá observar os prazos estabelecidos nos itens 18.2, 18.2.1 e 18.2.1.1 do Contrato de Concessão.

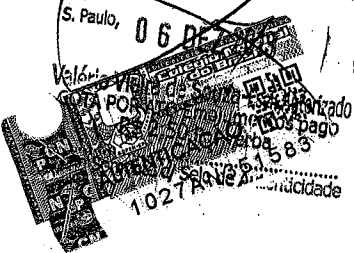
Parágrafo Primeiro - O capital social subscrito deverá ser aumentado, no mínimo, para o valor de R\$ 890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais) até o 25º (vigésimo quinto) mês do início do prazo de vigência da concessão.

Parágrafo Segundo - Considerando o aumento do capital social subscrito para, no mínimo, R\$ 890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais) descrito acima, o capital social a ser integralizado em até 72 (setenta e dois) meses, contados do início da vigência da concessão, será de R\$ 838.000.000,00 (oitocentos e trinta e oito milhões de reais), conforme cronograma previsto no Contrato de Concessão. Os acionistas da Companhia são solidariamente responsáveis pela integralização do capital social até o limite do valor da parcela faltante para integralização de R\$ 890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de reais), nos termos do item 18.2.2. do Contrato de Concessão.



Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral deverá deliberar e aprovar os aumentos de capital da Companhia que se façam necessários.

6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARTAGLIA
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autêntico a presente Companhia, conforme original a mim apresentado, do que dou fé.
S. Paulo, 06 DE 2013



Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and several initials on the right, including "J.M.", "F.M.", "R.", and "L.P.".

JUCESP
05 12 13

Parágrafo Quarto- As emissões e colocações de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações serão realizadas com observância do direito de preferência, assegurado aos acionistas, conforme disciplinado pelo art. 171 da Lei das Sociedades por Ações e disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo Quinto - É vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias pela Companhia.

Parágrafo Sexto - O Capital Social não poderá ser reduzido sem a prévia autorização da STM ou outra entidade por ela designada.

Art. 5º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

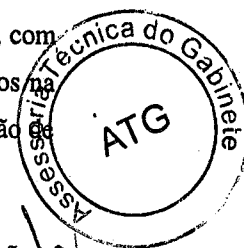
Parágrafo Primeiro - A Companhia, nos termos da lei e observado o disposto neste Estatuto Social, poderá adquirir ações de sua emissão, para cancelamento ou posterior alienação, mediante autorização da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - A Companhia deverá requerer, até 6 (seis) meses antes do início da Operação Comercial ou da Operação Comercial Antecipada, conforme definido no Edital (abaixo definido), o registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") para negociação de valores mobiliários de sua emissão, em mercados regulamentados de valores mobiliários, e aderir à Categoria B, nos termos do artigo 2º da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, promovendo todas as alterações necessárias.

Da Administração

Art. 6º - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria, com os poderes conferidos em Lei, por este Estatuto Social e por Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia permitindo-se, em qualquer caso, a reeleição e dispensando-se a constituição de caução em garantia dos seus respectivos mandatos.

Parágrafo Primeiro - A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e dos diretores será fixada anualmente pela Assembleia Geral, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre sua respectiva individualização.



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Antônio, 100 - Centro
Autentico a presente cópia fotográfica,
conforme original a milim.
do que dou fé.
S. Paulo, 06 de 2013

Valério Vianna de...
Pela Ata...
102 de Autenticidade

Handwritten signatures and initials covering the bottom right portion of the document.

JUCESP
08 12 13

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração e os Diretores tomarão posse nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e observarão os requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades contemplados na referida Lei e em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo Terceiro - Ao final de seus mandatos, os membros do Conselho de Administração e os diretores permanecerão no cargo até que os membros do Conselho de Administração eleitos em Assembleia Geral e/ou os diretores eleitos pelo Conselho de Administração sejam empossados.

Conselho de Administração

Art. 7º - O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros e respectivos suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral da Companhia, com mandato unificado de 1 (um) ano, todos acionistas, pessoas naturais e residentes no País.

Parágrafo Único - Na Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho de Administração será escolhido o Presidente do Conselho de Administração e seu suplente, devendo este substituir ao primeiro em suas ausências ou impedimentos, bem como no caso de vacância.

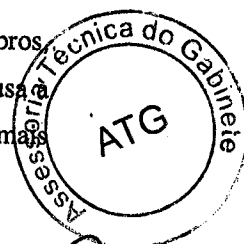
Substituições e Vacâncias de Cargos

Art. 8º - No caso de vacância do cargo de membro efetivo do Conselho de Administração e de seu suplente, os membros remanescentes indicarão um substituto que exercerá o cargo até o provimento, em definitivo pela primeira Assembleia Geral subsequente, servindo o substituto então eleito até o término do mandato do substituído.

Parágrafo Único - No caso de vagas concomitantes superiores a 1/3 (um terço) de seus membros será convocada a Assembleia Geral, dentro de 30 (trinta) dias contados do evento que deu causa à substituição, para eleição e posse dos substitutos, cujo mandato coincidirá com o dos demais Conselheiros.

Funcionamento do Conselho de Administração

O Conselho de Administração reunir-se-á, de forma ordinária, mensalmente e extraordinariamente, sempre que convocado na forma deste Estatuto Social.



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO
Rua Santo Antônio, 482
AUTENTICACAO
Autentico a presente certidão
conforme original a mim apresentado,
do qual sou fe.
S. Paulo, 06 DE 2013



DUCE SP
05 12 13

Parágrafo Primeiro - Na última reunião do Conselho de Administração (que deverá ser realizada até o final do último mês do ano), o Conselho de Administração definirá o calendário das reuniões do Conselho de Administração a serem realizadas no ano subsequente.

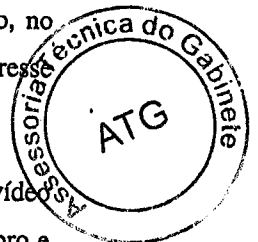
Parágrafo Segundo - As convocações para as reuniões do Conselho de Administração sempre deverão ser feitas por escrito a cada membro do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias corridos, por carta entregue a cada um dos membros em mãos, fac-símile, mensagem eletrônica (e-mails) sujeita a confirmação, ou carta registrada com aviso de recebimento. As convocações conterão (i) a data, hora e o local da reunião, devendo ocorrer em Dia Útil e horário comercial (ii) a agenda e (iii) cópias de todos os documentos e propostas relacionadas às questões incluídas na agenda. O aviso de convocação pode ser dispensado quando todos os membros do Conselho de Administração participarem da reunião.

Art. 10 - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por qualquer membro do Conselho de Administração. As deliberações serão adotadas pelo Conselho de Administração pelo voto afirmativo da maioria dos votos, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, podendo ser utilizada a representação de qualquer membro ausente por membro do Conselho de Administração presente à reunião indicado pelo respectivo membro ausente.

Parágrafo Primeiro - Das reuniões do Conselho de Administração lavrar-se-ão atas, nas quais serão consignadas as deliberações tomadas.

Parágrafo Segundo - O membro do Conselho de Administração não poderá votar, podendo, no entanto, comparecer a reuniões relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os da Companhia.

Parágrafo Terceiro - As reuniões do Conselho de Administração poderão ser realizadas por vídeo conferência ou quaisquer outros meios de comunicação que permitam a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as outras pessoas presentes na reunião. Os membros do Conselho de Administração que participarem da reunião da forma definida acima serão considerados presentes na reunião para todas as devidas finalidades. As atas da reunião podem ser assinadas por fax ou outro meio eletrônico, com uma cópia arquivada na sede da Companhia juntamente com uma via original assinada.



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO
Rua Santo Amaro, 482

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente Companhia
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo, 05 de Dezembro de 2013

102
Autenticado
pago
Verba
Belo de Autenticidade

Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be "J. M. Tarallo" and several other initials and marks.

JUCESP
05 12 13

Artigo 11 - A Assembleia Geral elegerá, dentre os Conselheiros eleitos, aquele que exercerá as funções de Presidente do Conselho de Administração.

Artigo 12 - Ao Presidente do Conselho de Administração, compete, além das demais atribuições previstas em Lei e neste Estatuto, as atribuições previstas eventuais Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Artigo 13 - Compete ao suplente do Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente em caso de vacância ou impedimento temporário.

Parágrafo Primeiro - No caso de vacância do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o suplente, que permanecerá no cargo até que a Assembleia Geral escolha o seu titular, cumprindo, ao substituto, a gestão pelo prazo remanescente.

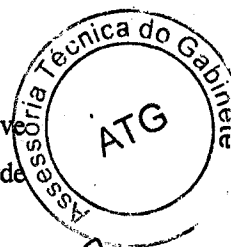
Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral a que se refere o parágrafo anterior deverá ser convocada no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data da vacância.

Parágrafo Terceiro - Em caso de impedimento temporário do suplente, competirá ao Presidente indicar, dentre os demais membros do Conselho de Administração, seu substituto.

Atribuições do Conselho de Administração

Art. 14 - Compete ao Conselho de Administração, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia e no Regimento Interno do Conselho de Administração:

- (a) Quaisquer transações da Companhia com partes relacionadas;
- (b) Constituição ou aquisição de participações em novas sociedades pela Companhia, inclusive por meio de sociedades de propósito específico, que não esteja prevista no plano de negócios de Companhia;
- (c) Nomeação ou destituição de auditores independentes;
- (d) Aprovação da remuneração e benefícios individualizados dos Administradores da Companhia;



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482

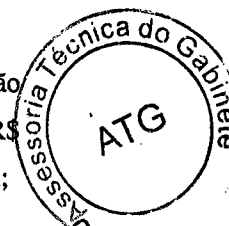
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo, 05/12/13

Valéri-
TAPOR
R. 30
Verba
Escritório Autorizado
para a emissão de
selos de Autenticidade

JUCESP
08 12 13

- (e) Eleição e destituição dos Diretores, nos termos de Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia;
- (f) Aprovação do seu regimento interno;
- (g) Fixar as alçadas da Diretoria;
- (h) Celebração, alteração ou extinção dos contratos de construção e implantação do Empreendimento (*engineering, procurement and construction – EPC*), na modalidade *turn key, lump sum* e contratos para aquisição de material rodante para o Empreendimento;
- (i) Registro (e cancelamento) da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como a sua listagem, ou admissão de outros valores mobiliários de sua emissão, em bolsas de valores ou mercados e sistemas de negociação primária ou secundária, no Brasil e no exterior, observada a obrigação de abertura de capital prevista no Edital;
- (j) Alteração significativa nas políticas contábeis a práticas de divulgação de informação da Companhia, exceto quando exigido por lei, por regulamento da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e/ou de bolsa de valores pelos princípios contábeis aplicáveis;
- (k) Celebração de aditivos ao Contrato de Concessão cujo impacto seja inferior a, em conjunto ou isoladamente, em um mesmo exercício social ou em um período de 12 (doze) meses, R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente pelo IPCA;
- (l) Celebração de quaisquer contratos ou instrumentos, cujo valor, individual ou agregado, não exceda, em um mesmo exercício social ou em um período de 12 (doze) meses, R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente pelo IPCA;
- (m) Contratação de empréstimos, dívidas ou financiamentos que não estejam previstos no plano de negócios da Companhia, inclusive via a emissão de títulos ou valores mobiliários, cujo valor, individual ou agregado, não exceda, em um mesmo exercício social ou em um período de 12 (doze) meses, R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente pelo IPCA;



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autêntico a presente cópia retrograda
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo, 06 DEZ 2013
Valério...
1027 AN...
586...
Jude

- (n) Aquisição, alienação, renúncia a direitos, transferência de bens da Companhia, que ocorram em um mesmo exercício social ou em um período de 12 (doze) meses, em conjunto ou isoladamente, em montante que não exceda a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente pelo IPCA;
- (o) Propositura de quaisquer ações, processos ou medidas judiciais e/ou arbitrais pela Companhia; e
- (p) Doação, pela Companhia, de quaisquer bens ou direitos, em um mesmo exercício social ou em um período de 12 (doze) meses, em conjunto ou isoladamente, em montante igual ou inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente pelo IPCA.

Diretoria Executiva

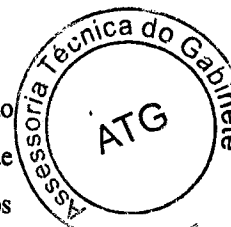
Art. 15 - A Diretoria Executiva será composta por 3 (três) Diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração nos termos deste Estatuto e de Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia, com mandato de 2 (dois) anos, com as seguintes denominações: Diretor Presidente, Diretor Financeiro e Diretor Administrativo.

Parágrafo Primeiro - A investidura no cargo de Diretor far-se-á imediatamente após a assinatura do respectivo termo de posse, lavrado no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria.

Parágrafo Segundo - No impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor, o mesmo será substituído por outro Diretor indicado na forma do Regimento da Diretoria da Companhia.

Parágrafo Terceiro - Em caso de vaga permanente do cargo de Diretor devido à retirada, demissão ou incapacidade permanente de um ou mais Diretores ou por qualquer outro motivo, o Conselho de Administração deverá ser convocado para promover a eleição de novo Diretor, de acordo com os procedimentos estabelecidos neste Estatuto e em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Art. 16 - Sem prejuízo das competências específicas previstas neste Estatuto, os Diretores terão suas atribuições e responsabilidades descritas no Regimento da Diretoria da Companhia, a ser aprovado pelo Conselho de Administração.



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 160
AUTENTICADO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo, 06 DEZ 2013

JUCESP
05 12 13

Parágrafo único - O Conselho de Administração deverá conferir a um dos Diretores da Companhia a atribuição de verificar a regularidade dos procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais e trimestrais da Companhia.

Art. 17 - Compete à Diretoria dar execução à política e às determinações do Conselho de Administração, sob a coordenação do Diretor-Presidente, e praticar, observadas as competências específicas previstas neste Estatuto e/ou no Regimento da Diretoria da Companhia, todos os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social.

Funcionamento da Diretoria Executiva

Art. 18 - As reuniões da Diretoria podem ocorrer dependendo da urgência das questões a serem discutidas e suas decisões serão tomadas de forma colegiada.

Parágrafo Primeiro - As reuniões serão sempre convocadas pelo Diretor-Presidente com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, mediante comunicação aos demais Diretores. As reuniões poderão ser realizadas por vídeo conferência ou quaisquer outros meios de comunicação que permitam a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as outras pessoas presentes na reunião. Os membros da Diretoria que participarem da reunião da forma definida acima serão considerados presentes na reunião para todas as devidas finalidades.

Parágrafo Segundo - As atas da reunião podem ser validamente assinadas por fax ou outro meio eletrônico, com uma cópia arquivada na sede da Companhia juntamente com uma via original assinada.

Parágrafo Terceiro - Em caso de empate ou divergência entre os Diretores, a matéria objeto da discussão e impasse será levada à deliberação do Conselho de Administração, que decidirá em última instância sobre o assunto.

Competência da Diretoria e Representação

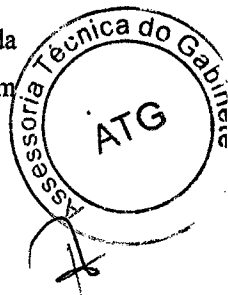
Art. 19 - À Diretoria compete:

propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais, dentro dos objetivos e metas da Companhia, para exame e deliberação;

6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo, 06 DEZ 2013

1027



Handwritten signatures and initials, including 'Q8', '88', '9', 'pm', 'H. P. 03', and '12'.

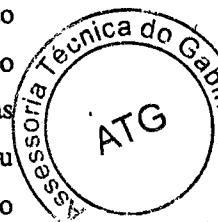
JUCESP
05 12 13

- (b) deliberar sobre, no âmbito de sua alçada, os critérios relativos aos cargos e salários e ao regime disciplinar dos empregados da Companhia;
- (c) elaborar e apresentar ao final de cada exercício social as demonstrações financeiras, na forma da Lei das Sociedades por Ações, instruídas com o parecer dos auditores independentes, para apreciação do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, se instalado, e aprovação pela Assembleia Geral;
- (d) elaborar e propor ao Conselho de Administração o orçamento anual da Companhia;
- (e) deliberar sobre normas e manuais da Companhia relativos à sua estrutura operacional, incluindo as áreas de ouvidoria e atendimento aos usuários dos serviços prestados pela Companhia.

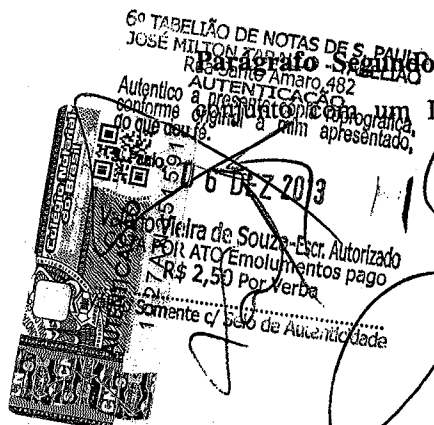
Art. 20 - Observado o que dispõe este Estatuto Social, a Diretoria tem os mais amplos e gerais poderes de representação ativa e passiva da Companhia, em juízo ou fora dele, a administração e a gestão dos negócios sociais, considerando-se a Companhia validamente obrigada:

- (a) mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores;
- (b) mediante a assinatura conjunta de um Diretor e um Procurador; ou
- (c) mediante a assinatura de dois procuradores, nos limites dos poderes que lhes forem conferidos, na forma prevista no Parágrafo Segundo deste artigo.

Parágrafo Primeiro - É facultado à Companhia nomear procuradores, devendo o instrumento respectivo ser assinado por 2 (dois) membros da Diretoria sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor-Presidente. As procurações deverão conter poderes específicos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais, arbitrais ou administrativos, terão prazo de validade limitado a, no máximo, 1 (um) ano, sendo vedado o substabelecimento total ou parcial.



Parágrafo Segundo - Os mandatários constituídos pela Companhia deverão sempre agir em nome da Companhia, assinando um Diretor ou outro mandatário com poderes, exceto para instrumentos que



JUCESP
05 12 13

contemplem poderes da cláusula *ad judicia*, nos quais os outorgados poderão agir conjunta ou separadamente.

Conselho Fiscal

Art. 21 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, não permanente e, quando em funcionamento, será composto por 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes.

Parágrafo Primeiro - Aplica-se ao Conselho Fiscal, quanto às normas de eleição, funcionamento, requisitos, impedimentos, investidura, deveres e responsabilidades e remuneração o que dispõe a Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo Segundo - O Conselho Fiscal será instalado na forma prevista em lei e o mandato dos seus membros terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária do exercício subsequente à sua eleição, sendo admitida a recondução.

Parágrafo Terceiro - O Conselho Fiscal elegerá, dentre seus membros, o Presidente do Conselho, ao qual caberá a representação, organização e coordenação de suas atividades.

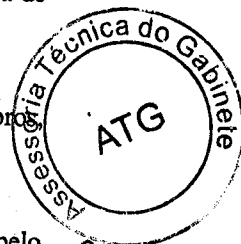
Parágrafo Quarto - Os membros do Conselho Fiscal serão investidos nos respectivos cargos mediante a assinatura de termo de posse, lavrado no livro de atas das reuniões do Conselho Fiscal.

Art. 22 - O Conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente ou, em caráter extraordinário, quando convocado por seu Presidente, mediante solicitação de qualquer de seus membros.

Parágrafo Primeiro - O Conselho Fiscal poderá solicitar a presença, em suas reuniões, do Diretor-Presidente ou de outros integrantes da Diretoria da Companhia.

Parágrafo Segundo - As decisões e pareceres do Conselho Fiscal serão aprovados por maioria de votos dos seus membros e serão consignados nas atas de suas reuniões.

Parágrafo Terceiro - O Conselho Fiscal poderá aprovar, por maioria de votos de seus membros, o Regimento Interno regulamentando as questões relativas a seu funcionamento.



6º TABELÃO DE NOTAS DE MEMBROS do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo suplente. Não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para completar o mandato remanescente.



JUCESP
05 12 13

Art. 24 - Os membros do Conselho Fiscal deverão receber remuneração, a ser aprovada pela Assembleia Geral, a qual não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) daquela que, em média, for atribuída a cada diretor, não computados benefícios, verbas de representação e participação nos lucros.

Assembleia Geral

Art. 25 - Respeitada a legislação em vigor, a Assembleia Geral será convocada pelas pessoas legalmente habilitadas nos termos da Lei das Sociedades por Ações e de acordo com as disposições de Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo Primeiro - Os trabalhos da Assembleia Geral serão presididos pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência ou impedimento, por acionista escolhido entre os presentes. O presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, alguém para secretariar os trabalhos.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral será convocada por meio de carta registrada aos acionistas e publicações no Diário Oficial e em outros jornais locais, conforme preveem os Artigos 124 e 289 da Lei de Sociedades por Ações, devendo ser realizada em Dia Útil e horário comercial. O aviso de convocação conterá as informações de local, data, hora e agenda da Assembleia, sendo que o aviso de convocação também conterá todos os documentos que estarão sujeitos a deliberação na assembleia. A primeira convocação será feita no mínimo 15 (quinze) dias corridos antes da data da Assembleia Geral e, se a Assembleia Geral não for realizada, uma segunda convocação será feita no mínimo 8 (oito) dias corridos antes da nova data da assembleia, ou em outro prazo previsto pela Lei, em caso de abertura de capital.

Parágrafo Terceiro - Independentemente das formalidades acima, uma Assembleia Geral será considerada validamente realizada se todos os Acionistas comparecerem a tal assembleia. As questões que não estiverem incluídas no aviso de convocação para uma Assembleia Geral não poderão ser aprovadas em uma Assembleia Geral, exceto quando todos os Acionistas participarem da Assembleia Geral e concordarem expressamente em deliberar sobre tal questão.



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 182

Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a critério
do que dou fé.

06 DEZ 2013

Atento Vieira de Souza - Escr. Autorizado
NOTA POR ATO Emolumentos pago
R\$ 2,50 Por Verba

Somente c/ Selo de Autenticação



A Assembleia Geral tem as atribuições e poderes fixados na lei, e reunir-se-á,
dentro dos quatro primeiros meses após o encerramento do exercício social, para
12

[Handwritten signatures and initials are present over the bottom half of the page.]

JUCESP
05 12 13

deliberar sobre as matérias previstas no artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral é competente para decidir sobre todos os atos relativos à Companhia, bem como para tomar as decisões que julgar conveniente à defesa de seus interesses.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral Extraordinária e a Assembleia Geral Ordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em Ata única.

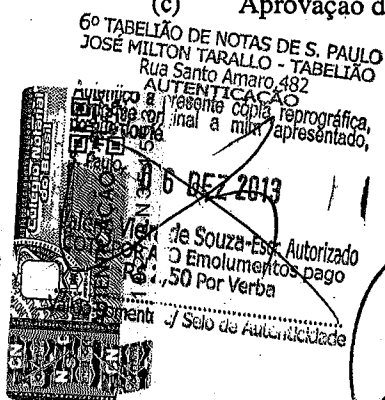
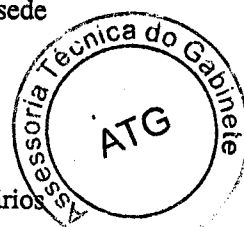
Parágrafo Terceiro - Os acionistas não poderão votar nas deliberações em que estejam em posição de conflito material de interesses com a Companhia.

Parágrafo Quarto - Os documentos pertinentes à matéria a ser deliberada nas Assembleias Gerais deverão ser colocados à disposição dos acionistas, na sede e no escritório central da Companhia, na data da publicação do primeiro anúncio de convocação, ressalvadas as hipóteses em que a lei ou a regulamentação vigente exigir sua disponibilização em prazo maior.

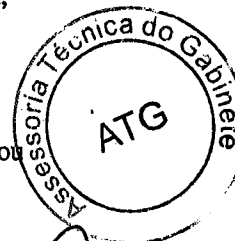
Parágrafo Quinto - Nas Assembleias Gerais, os acionistas deverão provar a sua qualidade de acionista, apresentando à Companhia, os documentos de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso.

Art. 27 - A Assembleia Geral terá competência exclusiva para deliberar sobre as seguintes matérias de interesse da Companhia, observadas as disposições de Acordo de Acionistas arquivados na sede da Companhia:

- (a) Aumento de capital social da Companhia;
- (b) Aprovação do investimento adicional, assim entendido como os investimentos necessários para fins de implantação da Fase III do Empreendimento, conforme definido no item 1.1.2 da minuta do Contrato de Concessão anexa ao Edital;
- (c) Aprovação das demonstrações financeiras da Companhia;



- (d) Aprovação da remuneração global e políticas de benefícios dos administradores da Companhia (membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal) e de funcionários de escalão superior da Companhia (i.e., superintendentes e gerentes);
- (e) Aprovação de distribuição pública de ações da Companhia;
- (f) Redução do capital social Companhia, uma vez aprovado pelo Poder Concedente;
- (g) Alteração de quóruns de deliberações ou das competências da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Diretoria;
- (h) Transformação, fusão ou cisão da Companhia ou incorporação da Companhia (ou de suas Ações) de ou por outra Pessoa;
- (i) Dissolução e liquidação da Companhia, bem como a cessação do estado de liquidação;
- (j) Aprovação ou alteração do Plano de Negócios da Companhia;
- (k) Alteração dos dividendos mínimos obrigatórios ou de seu pagamento;
- (l) Resgate, amortização, recompra ou qualquer outra negociação com ações/outros valores mobiliários de emissão da Companhia;
- (m) Alteração do critério para fixação do preço de emissão de novas ações da Companhia;
- (n) Requerimento de recuperação judicial e extrajudicial ou pedido de falência da Companhia;
- (o) Desdobramento e grupamento de ações da Companhia;
- (p) Eleição e destituição dos Conselheiros e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia ou mudança na composição do Conselho de Administração;
- (q) Alteração do exercício social da Companhia;



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSE MILTON TARAPOLO
Rua Santo Antônio 492
ALF

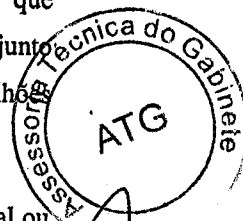
Autentico
curioso original a cópia reprográfica.
de que deu fé. a mim apresentado.

~~06 DEZ 2013~~

Wesley de Souza Escr. Autorizado
POR ATO Emolumentos pago
R\$ 2,50 Por Verba
Soment. c/ Selo de Autenticidade

JUCESP
05 12 13

- (s) Alteração do número de Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais e Diretores da Companhia ou da forma de representação da Companhia;
- (t) Constituição ou aquisição de participações pela Companhia, inclusive por meio de sociedades de propósito específico, que não esteja prevista no plano de negócios da Companhia;
- (u) Celebração de aditivos ao Contrato de Concessão cujo impacto seja superior, em conjunto ou isoladamente, em um mesmo exercício social ou em um período de 12 (doze) meses, a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente pelo IPCA;
- (v) Celebração de quaisquer contratos ou instrumentos, cujo valor, individual ou agregado, supere, em um mesmo exercício social ou em um período de 12 (doze) meses, R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente pelo IPCA;
- (w) Contratação de empréstimos, dívidas ou financiamentos, garantias, pessoais ou reais, ou assunção de obrigação solidária que não estejam previstos no Plano de Negócios, inclusive via a emissão de títulos ou valores mobiliários, cujo valor, individual ou agregado, supere, em um mesmo exercício social ou em um período de 12 (doze) meses, R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente pelo IPCA;
- (x) Aquisição, alienação, renúncia a direitos ou transferência de bens da Companhia, que ocorram em um mesmo exercício social ou em um período de 12 (doze) meses, em conjunto ou isoladamente, em montante superior a R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), atualizado anualmente pelo IPCA;
- (y) Doação, pela Companhia, de quaisquer bens ou direitos, em um mesmo exercício social ou em um período de 12 (doze) meses, em conjunto ou isoladamente, em montante superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), atualizado anualmente pelo IPCA;



Aprovação do Orçamento Anual; e

6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSE MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482

Autenticação
a presente cópia reprográfica,
original a mim apresentado,

05 DEZ 2013

de Souza-Escr. Autorizado
R\$ 2,50 Por Verba
Vale
Selo de Autenticidade

JUCESP
05 12 13

- (aa) Distribuição de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio pela Companhia, salvo os dividendos obrigatórios previstos em lei e/ou neste Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro - Para efeitos deste Estatuto, entende-se por Partes Relacionadas:

- (i) qualquer Acionista da Companhia;
- (ii) quaisquer administradores da Companhia, efetivos ou suplentes, bem como seus respectivos cônjuges e parentes até o 4º grau;
- (iii) quaisquer sociedades ou outras formas de associação, controladas, controladoras, coligadas ou sob controle comum, direta ou indiretamente de qualquer das pessoas indicadas nos itens (i) e (ii), acima e respectivos administradores.

Art. 28 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco, ressalvadas as exceções previstas em lei, observado o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia e neste Estatuto.

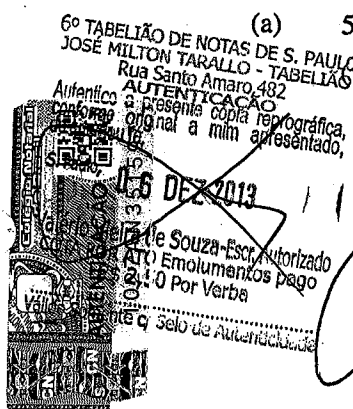
Exercício Social, Lucros e Dividendos

Art. 29 - O exercício social terá início em 1º (primeiro) de janeiro e terminará em 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano, findo o qual será elaborado o balanço anual e as demonstrações financeiras exigidas em Lei. As demonstrações financeiras anuais da Companhia serão obrigatoriamente auditadas por auditores independentes registrados junto à CVM e observarão os preceitos legais e regulamentares aplicáveis e os princípios de contabilidade geralmente aceitos no Brasil.

Art. 30 - Do resultado do exercício apurado na forma da legislação em vigor serão deduzidos os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda.

Art. 31 - O saldo, após deduzidas as eventuais participações no resultado, configurará o lucro líquido do exercício que terá as seguintes destinações:

- (a) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% sobre o lucro líquido do exercício anterior, e o restante de 15% (vinte por cento) do capital social:



JUCESP
05 12 13

- (b) formação de reservas para contingências, caso haja necessidade, por proposta do Conselho de Administração;
- (c) constituição de reserva de lucros a realizar, se for o caso, na forma prevista pela Legislação;
- (d) pagamento de dividendos anuais obrigatórios de, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da lei de acordo com as deduções previstas nas alíneas "a", "b" e "c" anteriores, que serão declarados e pagos na forma da lei; e
- (e) a Assembleia Geral decidirá o destino remanescente do lucro líquido do exercício, nos termos da lei.

Parágrafo Primeiro - O dividendo previsto no item (d) deste artigo não será obrigatório nos exercícios em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, devendo o Conselho Fiscal, se em funcionamento, dar parecer sobre esta informação.

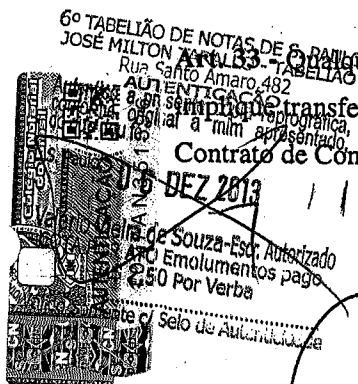
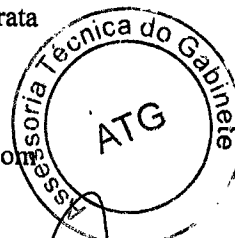
Parágrafo Segundo - Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo anterior serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia permitir.

Parágrafo Terceiro - O valor dos juros sobre o capital próprio pagos pela Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, ser imputado aos dividendos mínimos obrigatórios de que trata este Artigo.

Art. 32 - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em menor periodicidade, e com base neles decidir sobre o pagamento de dividendos intermediários.

Cessão e Transferência de Ações

Qualquer emissão de ações ou transferência, direta ou indireta, de ações da Companhia que implique transferência de seu controle acionário, deverá observar os termos e condições do Edital do Contrato de Concessão, bem como ser submetida à prévia anuência do Poder Concedente.



JUCESP
05 12 13

Parágrafo Único - Sem prejuízo do disposto no caput deste Artigo 37, a alienação de ações da Companhia por seus acionistas, a qualquer título, deverá observar o disposto em Acordos de Acionistas arquivados na sede da Companhia.

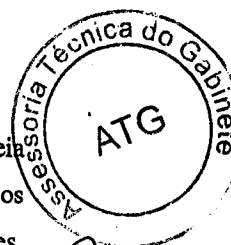
Autorização do Poder Concedente

Art. 34 - Não obstante qualquer outro dispositivo deste Estatuto Social em contrário, os seguintes atos somente poderão ser praticados pela Companhia ou por seus acionistas após prévia autorização do Poder Concedente:

- (a) quaisquer alterações no controle acionário da Companhia, seja por meio de modificação da composição acionária e/ou por meio de implementação de acordo de acionistas;
- (b) Redução do capital social da Companhia;
- (c) Propostas de emissão de títulos e valores mobiliários, que contenham dispositivo de conversão em ações que impliquem alteração no controle da Companhia ou que tenham como garantia ações com direito de voto integrantes do grupo controlador;
- (d) Operações de fusão, cisão, incorporação; e
- (e) Contratação de empréstimos ou obrigações, cujos prazos de amortização excedam o prazo do Contrato de Concessão.

Liquidação

Art. 35 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral indicar a forma da liquidação, eleger o liquidante e fixar a sua remuneração além de eleger os membros do Conselho Fiscal que deverão funcionar no período da liquidação, fixando-lhes, também, a remuneração.



Solução de Controvérsias

Art. 36 - Toda disputa oriunda ou relacionada a questões, litígios ou controvérsias entre os acionistas ou relativos ou decorrentes do presente Estatuto Social ou relativos à Companhia, inclusive



18

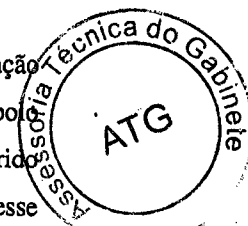
Handwritten signatures and initials are present below the stamp and the text.

JUCESP
05 12 13

as que digam respeito à validade, eficácia ou inadimplemento deste Estatuto Social ("Controvérsia"), deverão ser inicialmente discutidos pelos acionistas envolvidos (cada qual, uma "Parte da Disputa") de forma amigável, mediante negociações diretas mantidas de boa-fé, inclusive com o envolvimento dos Diretores Presidentes dos Acionistas Controladores, por um período não superior a 30 (trinta) dias a contar do recebimento de notificação específica para início das negociações.

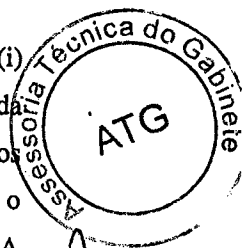
Parágrafo Primeiro - Na hipótese de, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias estabelecido nesta Cláusula, as Partes da Disputa não chegarem a uma solução amigável, a Controvérsia será dirimida, em caráter definitivo, por meio de arbitragem institucional, a ser instituída e processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem ("Regulamento da Câmara") da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional ("Câmara"), observadas as seguintes disposições:

- a) a arbitragem será conduzida por 3 (três) árbitros ("Tribunal Arbitral"), a serem nomeados e substituídos na forma prevista nesta Cláusula e, subsidiariamente, no Regulamento da Câmara;
- b) a(s) Parte(s) da Disputa que desejar(em) dar início à arbitragem ("Parte Notificante") entregará(ao), à(s) outra(s) Parte(s) ("Parte Notificada"), aviso por escrito, requerendo que a controvérsia seja submetida à arbitragem, especificando o objeto do litígio e qualquer outro fato relevante, bem como o nome do árbitro que desejar(em) indicar, e, caso o polo ativo seja composto por mais de uma Parte, a indicação do árbitro do referido polo deverá ser feita de comum acordo por todas as Partes integrantes desse polo;
- c) a(s) Parte(s) Notificada(s) terá(ão) 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação mencionada na alínea "b" acima, para nomear(em) o árbitro de sua escolha, e, caso o polo passivo seja composto por mais de uma Parte da Disputa, a indicação do árbitro do referido polo deverá ser feita de comum acordo por todas as Partes da Disputa integrantes desse polo;
- d) caso, em algum dos polos, não haja consenso entre as Partes da Disputa para indicação do árbitro, a Câmara deverá escolher os árbitros de ambos os polos, bem como um terceiro árbitro, que será o Presidente do Tribunal Arbitral;



JUCESP
05 12 13

- e) não ocorrendo a hipótese prevista na alínea "d" acima, os 2 (dois) árbitros nomeados da forma estabelecida nas alíneas "b" e "c" acima terão 20 (vinte) dias contados da data de sua nomeação, ou da ocorrência da última das nomeações, para nomear o terceiro árbitro, que será o Presidente do Tribunal Arbitral. Expirando-se este prazo sem que se tenha chegado a um consenso quanto à escolha do terceiro árbitro, ele será então escolhido pela Câmara, a requerimento de qualquer das Partes envolvidas, consoante o Regulamento da Câmara, dentro de 10 (dez) dias do requerimento;
- f) será vedada a nomeação de árbitro que seja afiliado, quotista, parente até o terceiro grau, empregado de qualquer das Partes, de qualquer Parte Relacionada ou quotista de qualquer das Partes ou, ainda, qualquer terceiro que mantenha vínculo, direto ou indireto, com qualquer das Partes;
- g) a arbitragem será conduzida no idioma português e terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Manter-se-á uma transcrição literal dos procedimentos;
- h) os árbitros não poderão julgar por equidade;
- i) os árbitros proferirão o sentença arbitral final dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias da data de término da instrução do processo. Os árbitros poderão proferir decisões provisórias ou interlocutórias, mas não poderão proferir sentenças arbitrais parciais. Os árbitros decidirão, na sentença arbitral, todas as pendências, litígios e disputas submetidas à arbitragem;
- j) a sentença arbitral será proferida na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e conterá (i) o relatório, contendo o nome das Partes e um resumo do litígio; (ii) os fundamentos da decisão, onde serão analisadas as questões de fato e de direito; (iii) o dispositivo, em que os árbitros resolverão as questões que lhes forem submetidas e estabelecerão o prazo para o cumprimento da decisão, se for o caso; e (iv) a data e o lugar em que foi proferido. A sentença arbitral será assinada por todos os árbitros. Caberá ao Presidente do Tribunal Arbitral, na hipótese de um ou alguns dos árbitros não poder ou não querer assinar a sentença arbitral, certificar tal fato;



JUCESP
09 12 13

- k) a sentença arbitral conterá a condenação da Parte da Disputa perdedora ao pagamento de honorários de advogado, custas e despesas razoáveis (ou de parte destes, se julgado apropriado) despendidos pela Parte da Disputa vencedora; e
- l) antes de instituído o Tribunal Arbitral, qualquer das Partes da Disputa poderá requerer diretamente ao Judiciário medidas cautelares ou coercitivas. Após a instituição do Tribunal Arbitral, os árbitros estão autorizados, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer das Partes, a solicitar medidas cautelares ou coercitivas, consoante o art. 22, §4º, da Lei n.º 9.307, de 23 de setembro de 1996.

Disposições Finais

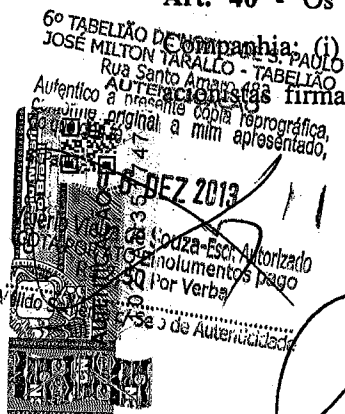
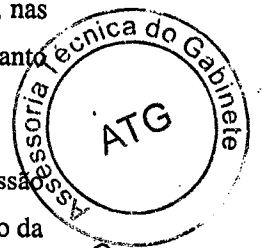
Art. 37 - A Companhia observará os Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, para os fins do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, em todos os seus termos e dispositivos, cabendo à Administração abster-se de registrar transferências de ações ou outros valores mobiliários contrárias aos respectivos termos e ao Presidente da Assembleia Geral e da Reunião do Conselho de Administração em questão abster-se de computar os votos proferidos em desacordo com o Acordo de Acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia.

Parágrafo Único - Caso o Acordo de Acionistas implique alteração de controle acionária da Companhia, sua celebração e sua eficácia ficarão condicionadas à autorização da STM ou outra entidade por ela designada.

Art. 38 - Em caso de intervenção da STM, ou outra entidade por ela designada, na Companhia, nas hipóteses previstas em lei, o interventor nomeado terá poder de decisão na Companhia enquanto perdurar a intervenção.

Art. 39 - É vedada a contratação de obrigações garantidas por direitos emergentes da Concessão em níveis que comprometam a operacionalização e a continuidade da prestação do serviço objeto da Concessão.

Art. 40 - Os seguintes documentos permanecerão à disposição dos acionistas na sede da Companhia: (i) contratos firmados pela Companhia e suas partes relacionadas; (ii) acordos de autenticidade firmados entre os acionistas da Companhia; e (iii) documentos relativos a quaisquer



DUCE SP
05 12 13

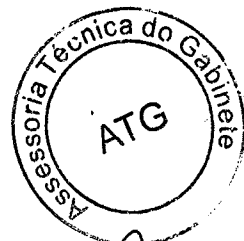
programas de opções de compra de ações, títulos ou outros valores mobiliários de emissão da Companhia.

Art. 41 - Os casos omissos neste Estatuto Social serão regulados pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, e demais disposições legais e regulamentares que lhes forem aplicáveis.

*

*

*

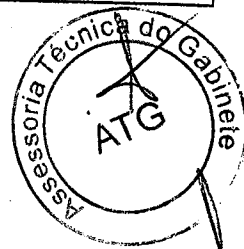


6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ M. DE S. PAULO - TABELÃO
Autenticação de cópia reprográfica
conforme o original apresentado
S. Paulo
Valério V. de S. Paulo - Autorizado
COTA POR ATOS
R\$ 2,00
Válido Somente para fins de
22



JUCESP
05 12 13

Subscritor	Número de Ações Ordinárias Subscritas	Preço de Emissão por Ação (R\$)	Valor Total Integralizado na presente data (R\$)	Valor Total a Integralizar conforme as regras estabelecidas nos itens 18.2, 18.2.1 e 18.2.1.1 do Contrato de Concessão (R\$)
<p>ODEBRECHT TRANSPORT S.A., sociedade por ações com sede na Avenida das Nações Unidas, 4.777, 5º andar, sala 8, Bairro Alto de Pinheiros, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 05477-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 12.251.483/0001-86, com seus atos societários arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35.300.381.548, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social por seus representantes legais, o Sr. RODRIGO DE ALMEIDA CARNAÚBA, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da Carteira de Identidade nº 26.807.505-0 SSP/AL, inscrito no CPF/MF sob nº 925.596.384-87, com endereço comercial na Praia de Botafogo 300, 10º andar, CEP 22250-040, Rio de Janeiro/RJ; e o Sr. IRINEU BERARDI MEIRELES, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de identidade nº 4.194.000 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 192.272.218-91, com endereço comercial na Av. das Nações Unidas, 4.777, 5º andar, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP CEP 05477-000.</p>	101.972.000	1,00	10.197.200,00	91.774.800,00



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
 JOSÉ MILTON TARALLO - TABELIÃO
 Rua Santo Amaro, 482
 AUTENTICAÇÃO
 Autentico a presente cópia reprográfica,
 conforme original a mim apresentado,
 do que dou fé.
 S. Paulo, 18 de Maio de 2013

[Handwritten signatures and initials]

0000000000
0000000000

Subscritor	Numero de Ações Ordinárias Subscritas	Preço de Emissão por Ação (R\$)	Valor Total Integralizado na presente data (R\$)	Valor Total a Integralizar conforme as regras estabelecidas nos itens 18.2, 18.2.1 e 18.2.1.1 do Contrato de Concessão (R\$)
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A., sociedade por ações com sede na Rua Santa Luzia, 651, 2º ao 6º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20030-041, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.412.792/0001-60, com seus atos societários arquivados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.300.015.418, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social por seus representantes legais, o Sr. CARLOS ALBERTO MENDES DOS SANTOS, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 10.730.121 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF nº 054.324.388-52, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, 18º andar, Bairro: Itaim Bibi - São Paulo, SP, CEP 04530-001; e AMILCAR BASTOS FALCÃO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 10.128, e no CPF sob o nº 284.573.744-00, domiciliado na Rua Santa Luzia, 651, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ - CEP 20030-041.	101.972.000	1,00	10.197.200,00	91.774.800,00

6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paylo,

Selo de Autenticidade

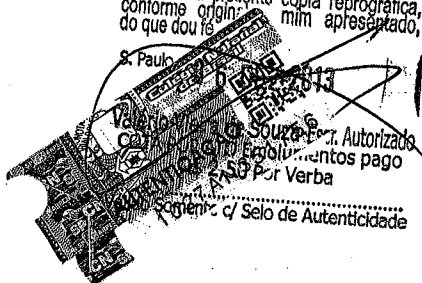
02410 de Autenticidade

JUCESP
05 12 13

Subscritor	Número de Ações Ordinárias Subscritas	Preço de Emissão por Ação (R\$)	Valor Total Integralizado na presente data (R\$)	Valor Total a Integralizar conforme as regras estabelecidas nos itens 18.2, 18.2.1 e 18.2.1.1 do Contrato de Concessão (R\$)
<p>UTC PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, nº 374/384, 9º andar, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04726-170, inscrita no CNPJ/MF sob o número 02.164.892/0001-91, com seus atos societários arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.388.623, neste ato devidamente representada na forma do seu estatuto social por seus representantes legais, o Sr. RICARDO RIBEIRO PESSÔA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 684.844 SSP/BA e inscrito no CPF/MF nº 063.870.395-68, com endereço comercial na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, 9º andar, Edifício Andorra, Chácara Santo Antônio, CEP 04726-170, na Cidade e Estado de São Paulo; e o Sr. FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA ROCHA, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 7.299.089-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF nº 037.741.397-68, com endereço comercial na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, 9º andar, Edifício Andorra, Chácara Santo Antônio, CEP 04726-170, na Cidade e Estado de São Paulo.</p>	68.016.000	1,00	6.801.600,00	61.214.400,00



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original, em mil apresentado,
do que dou fé.



Handwritten signatures and initials, including 'JR', 'JL', 'Y', 'Hm', 'PZol', and others, along with a large '226' at the bottom.

000000
06 12 10

A circular stamp with the text "Assessoria Técnica do Gabinete" around the perimeter and "ATG" in the center.

Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado.
do que dou fé.

06 DEC 2013

Valério Vieira
COTA PC
scr. Autorizado
documentos pago
Selec. Aut. tidade

1027AN351762

DUCE SP
05 12 13

(Página de assinaturas 1/2 do Boletim de Subscrição da ata de assembleia geral de constituição da Concessionária Move São Paulo S.A., realizada em 25 novembro de 2013)

Acionistas:

ODEBRECHT TRANSPORT S.A.




RODRIGO DE ALMEIDA CARNAÚBA
Diretor



IRINEU BERARDI MEIRELES
Diretor

CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S.A.



CARLOS ALBERTO MENDES DOS SANTOS
Diretor Adjunto Comercial



AMILCAR BASTOS FALCÃO
Diretor

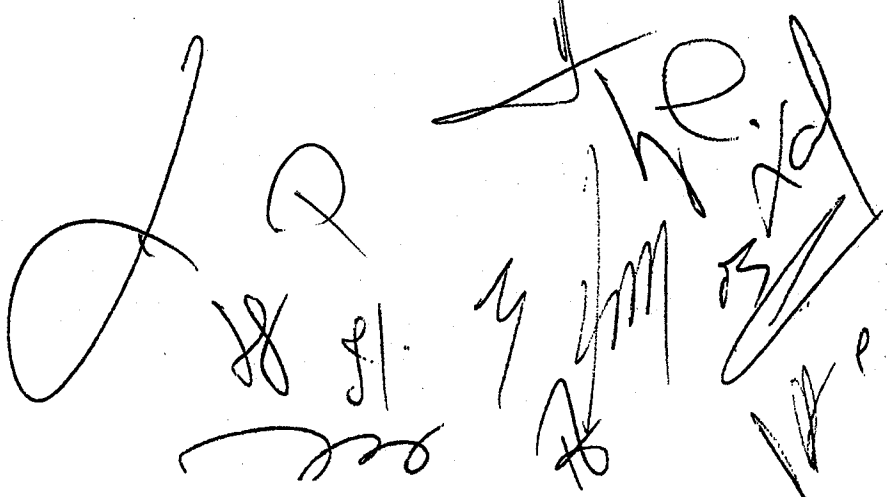


6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482

AUTENTICAÇÃO
Autêntico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo,


Valério
Escritório de Autenticidade
S. Paulo, 25 de Novembro de 2013

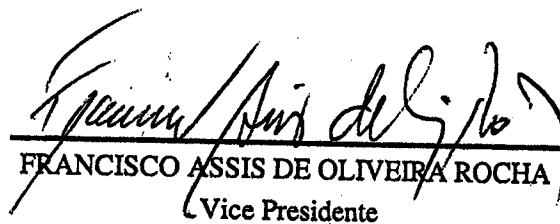


DUCE SP
05 12 13

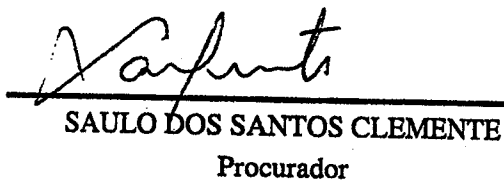
(Página de assinaturas 2/2 do Boletim de Subscrição da ata de assembleia geral de constituição da Concessionária Move São Paulo S.A., realizada em 25 novembro de 2013)

UTC PARTICIPAÇÕES S.A.


RICARDO RIBEIRO PESSOA
Presidente


FRANCISCO ASSIS DE OLIVEIRA ROCHA
Vice Presidente

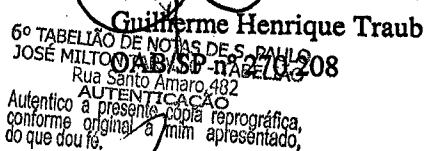
ECO REALTY - FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES


SAULO DOS SANTOS CLEMENTE
Procurador


ADRIANO SANTOS AMORIM
Procurador



Visto do Advogado:


Guilherme Henrique Traub
6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON DE SOUZA
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo, 06 DEZ 2013

Valério Milanez de Souza
ATA PROTO Emolvido pago
AUTENTICAÇÃO
1027AN351789



DUCESP
05 12 13

ANEXO III
À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2013

Comprovante de depósito do valor de 10% do capital social da Companhia no Banco do Brasil S.A.

[Handwritten signatures]



[Handwritten signatures]

6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELIÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia, conforme original a
do que vou fe.
S. Paulo, 05 DE 12 DE 2013
R\$ 2.500 Por verba
Valente c/ Selo de Autenticidade

03/12/2013 - BANCO DO BRASIL - 15:58:38
474816470
COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM CHEQUE

CLIENTE: CONCESSIONARIA MOVE SAO P
AGENCIA: 3064-3 CONTA: 31.027.697-7
DATA 03/12/2013
NR. DOCUMENTO 47.481.647.000.093
VALOR CHEQUE 24.804.000,00
VALOR TOTAL 24.804.000,00

NOME DO DEPOSITANTE ECO REALTY FUNDO DE INVE
NR.AUTENTICACAO 4.B93.484.4AA.58D.D33
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

03/12/2013 - BANCO DO BRASIL - 16:02:43
474816470
COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: CONCESSIONARIA MOVE SAO P
AGENCIA: 3064-3 CONTA: 31.027.697-7
DATA 03/12/2013
NR. DOCUMENTO 47.481.647.000.101
VALOR CHEQUE BB LIQUID. 10.197.200,00
VALOR TOTAL 10.197.200,00

NOME DO DEPOSITANTE ODEBRECHT TRANSPORT SA
NR.AUTENTICACAO B.CAE.87F.2B3.D59.844
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

03/12/2013 - BANCO DO BRASIL - 13:48:42
474812685
COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

CLIENTE: CONCESSIONARIA MOVE SAO P
AGENCIA: 3064-3 CONTA: 31.027.697-7
DATA 03/12/2013
NR. DOCUMENTO 47.481.268.500.046
VALOR CHEQUE BB LIQUID. 6.801.600,00
VALOR TOTAL 6.801.600,00

NOME DO DEPOSITANTE UTC PARTICIPACOES SA
NR.AUTENTICACAO 2.722.FA1.68E.B86.986
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.

03/12/2013 - BANCO DO BRASIL - 16:05:03
474816470
COMPROVANTE DE DEPOSITO EM CONTA CORRENTE
EM DINHEIRO

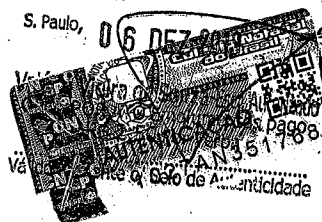
CLIENTE: CONCESSIONARIA MOVE SAO P
AGENCIA: 3064-3 CONTA: 31.027.697-7
DATA 03/12/2013
NR. DOCUMENTO 47.481.647.000.105
VALOR CHEQUE BB LIQUID. 10.197.200,00
VALOR TOTAL 10.197.200,00

NOME DO DEPOSITANTE CONSTRUT QUEIROZ GALVAO S
NR.AUTENTICACAO 9.BC2.731.A73.621.3F0
LEIA NO VERSO COMO CONSERVAR ESTE DOCUMENTO,
ENTRE OUTRAS INFORMACOES.



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICACAO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fe.

S. Paulo,



DUCESP
05 12 13

ANEXO IV
À ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO
REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2013

Termos de posse dos membros do Conselho de Administração da Companhia
(Titulares e Suplentes)

[Handwritten signatures]



[Handwritten signatures]

6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICACAO
Autentico a presente copia reprografica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fe.
S. Paulo, 06 DE 2013

CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.

(em constituição)
(Companhia)

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **RODRIGO DE ALMEIDA CARNAÚBA**, brasileiro, engenheiro mecânico, casado, portador da carteira de identidade de nº 26.807.505-0, expedida pela SSP/AL e devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 925.596.384-87, com endereço comercial na Praia de Botafogo, 300, 10º andar, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 22250-040, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previstó nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.

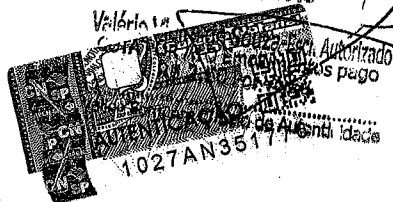



RODRIGO DE ALMEIDA CARNAÚBA

6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Antonio, 482

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo, 06 DEZ 2013

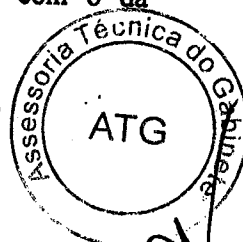


CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)
(“Companhia”)

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **IRINEU BERARDI MEIRELES**, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.194.000, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 192.272.218-91, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 4.777, 5º andar, Alto de Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05477-000, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.



IRINEU BERARDI MEIRELES

6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSE MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICACAO
Autentico a presente copia reprografica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fe.

S. Paulo, 06 DEZ 2013



CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.

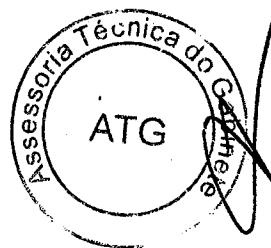
(em constituição)
(Companhia)

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **ADRIANO SÁ DE SEIXAS MAIA**, brasileiro, advogado, casado, portador da Carteira de Identidade RG. nº 06.632.857-80, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob o nº 900.602.025-72, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 4.777, 5º andar, Ala A, Alto de Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05477-000, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.

ADRIANO SÁ DE SEIXAS MAIA



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELIÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.
S. Paulo, 06 DEZ 2013

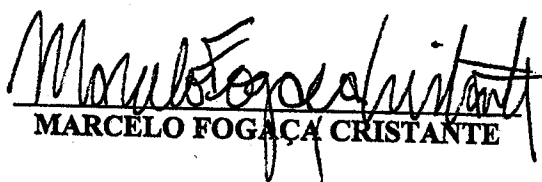


DUCE SP
CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(reconstituição)
(Companhia)

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **MARCELO FOGAÇA CRISTANTE**, brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº 25241521, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 221.355.828-08, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 4.777, 5º andar, Ala A, Alto de Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05477-000, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.


MARCELO FOGAÇA CRISTANTE



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELIÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.
S. Paulo, 06 DEZ 2013





JUCESP
CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)
(Companhia)

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **MARCELO FELBERG**, brasileiro, economista, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.492.881, expedida pela IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 708.271.337-15, com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, 4.777, 5º andar, Alto de Pinheiros, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05477-000, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.


MARCELO FELBERG



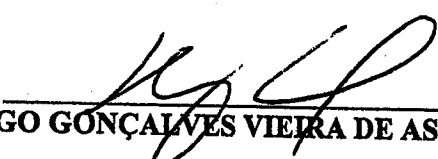
[Handwritten signatures and initials]

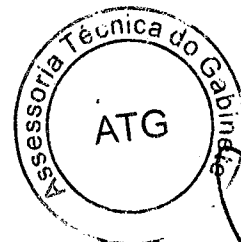
JUCESP
CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)
(Companhia)

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **HUGO GONÇALVES VIEIRA DE ASSUNÇÃO**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 23383414, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 248.802.578-00, com endereço comercial na Rua Lemos Monteiro, 120, 8º andar, Butantã, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05501-050, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.


HUGO GONÇALVES VIEIRA DE ASSUNÇÃO



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo,

06 DEZ 2013

Valério Vieira

COTAPOR

05/11/2013

05/11/2013

05/11/2013

05/11/2013

05/11/2013

05/11/2013

05/11/2013

05/11/2013


05/11/2013

CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)
"Companhia"

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **CARLOS ALBERTO MENDES DOS SANTOS**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 10.730.121, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 054.324.388-52, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 750, 18º andar, CEP 04530-001, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.


CARLOS ALBERTO MENDES DOS SANTOS



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo,

06 DEZ 2013



CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.

(em constituição)
("Companhia")

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **RUI VAZ DA COSTA FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade de nº 1.140.067, expedida pelo SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 180.541.884-04, domiciliado na Rua Santa Luzia, 651, 6º andar, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20030-041, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.


RUI VAZ DA COSTA FILHO



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo, 06 DEZ 2013

Valério Vieira de S.
COTA POR A - Autoriza-
ção de pagamento: pago




DUCE SP
CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)
("Companhia")

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **ANDRÉ DE OLIVEIRA CÂNCIO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 2.637.967 SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº 427.729.234-87; domiciliado na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 360, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.

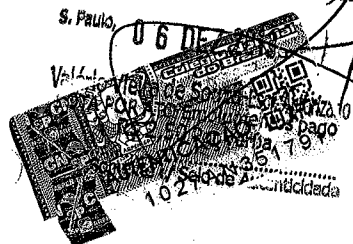

ANDRÉ DE OLIVEIRA CÂNCIO



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo,



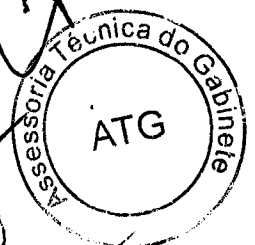
DUCEAP
CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)
("Companhia")

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **LUIZ AUGUSTO ROSA GOMES**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 15167358, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 143.257.538-42, domiciliado na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 360, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04.543-000, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.


LUIZ AUGUSTO ROSA GOMES



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSE MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo, 06 DEZ 2013

Valério Vieira de Souza - Escr. Autorizado
COTA POR ATO Emolumento pago
R\$ 2,50 Por Verbo



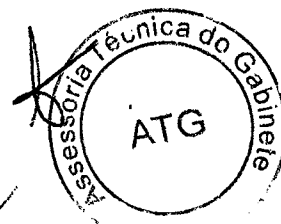
DUCE SP
CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)
Companhia

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **RICARDO VON GLEHN**, brasileiro, casado, engenheiro de minas, portador da Cédula de Identidade nº 17.482.230, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 105.004.368-51, domiciliado na Rua Santa Luzia, 651, 6º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20030-041, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.


RICARDO VON GLEHN



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santa Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo, 06 DEZ 2013

Valério Vieira
COTA PORTO EMPLANTADO
R\$ 1.000,00
1027AN
7.97

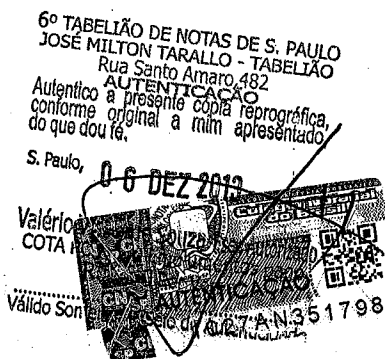
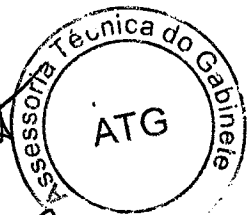
DUCE SP
CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
em constituição
("Companhia")

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **AMILCAR BASTOS FALCÃO**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 10.128, e no CPF/MF sob o nº 284.573.744-00, com endereço comercial na Rua Santa Luzia, 651, 7º andar, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20030-041, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.


AMILCAR BASTOS FALCÃO



TERMO DE POSSE

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.

JOÃO EDUARDO CERDEIRA DE SANTANA



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo.

[illegible]

10274

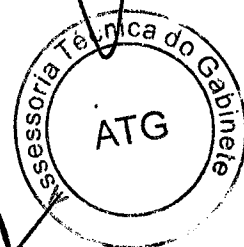
DUCE SP
CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)
("Companhia")

TERMO DE POSSE

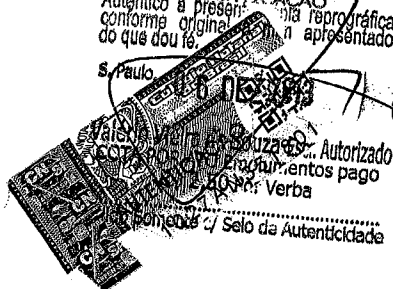
Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **JOSÉ ROBERTO MALUF MOUSSALLI**, brasileiro, engenheiro civil, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 5.142.970-8, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 666.557.228-53, com endereço comercial na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Torre F, 5º andar, no Jardim São Luiz, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05804-900, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.


O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.


JOSÉ ROBERTO MALUF MOUSSALLI



6º TABELIÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELIÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente...
conforme original...
do que dou fe.




OCESP
ONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.
(em constituição)
("Companhia")

TERMO DE POSSE

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.

A circular stamp with the text "Assessoria Técnica do Gabinete" around the perimeter and "ATG" in the center.

S. Paulo, 06 DEZ 1968

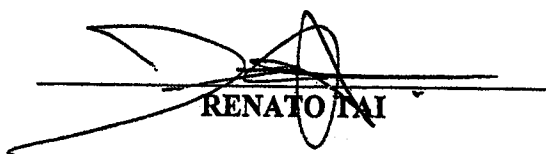
Valério Vieira
COTA POR
R\$ 2,50
Autógrafa
pago
de Autor
cidade

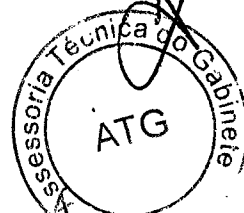
DUCE SP
CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)
(Companhia)

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **RENATO TAI**, brasileiro, advogado, casado, portador da Carteira de Identidade RG nº 21.663.570, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 153.777.618-55, com endereço comercial na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 384, 9º andar, Chácara Santo Antônio, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04726-170, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.


RENATO TAI



6º TABELIÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELIÃO
Rua Santo Amaro, 482

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo, 06 DEZ 2013

Valério Vieira
COTA PC



DUCE SP
CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)
(Companhia)

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **CELSO DA FONSECA RODRIGUES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG sob o nº 30854182-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 338.765.417-00, residente e domiciliado na Rua Morgado de Mateus, 340, apto. 74, bairro Vila Mariana, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04015-050, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.

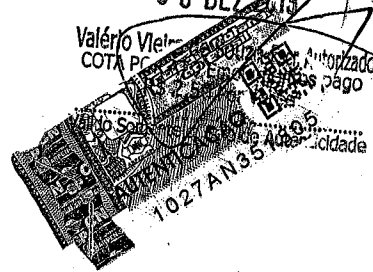

CELSO DA FONSECA RODRIGUES



6º TABELIÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSE MILTON TARALLO - TABELIÃO
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original a mim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo, 06 DEZ 2013

Valério Vieira
COTA P. 1027AN351



DUCE SP
CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)
“Companhia”

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **MARIO BIANCHINI JÚNIOR**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG sob o nº 18.814.382 SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 114.937.658-92, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 750, 18º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04530-001, que é investido no cargo de membro do Conselho de Administração, para o qual foi eleito, na Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, para os efeitos do estabelecido no Artigo 53, IV, do Decreto nº 1.800/96, assim como previsto nos parágrafos 1º, 2º, 3º, e 4º do Artigo 147, da Lei 6.404/76, que (i) não está impedido de exercer a administração da Companhia, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de direito de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade e (ii) que atende o requisito de reputação ilibada, não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia.

O mandato se estenderá de acordo com o disposto no Estatuto Social da Companhia.


MARIO BIANCHINI JÚNIOR



[Handwritten signatures and initials]

JUCESP
05 12 13

CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)
("Companhia")

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2013

DATA, HORA E LOCAL: Aos 25 dias do mês de novembro de 2013, às 16 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, CEP 04726-170.

PRESENÇA E QUÓRUM DE INSTALAÇÃO: Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.

COMPOSIÇÃO DA MESA: **Presidente:** Sr. Rodrigo de Almeida Carnaúba

Secretário: Sr. Renato Tai

CONVOCAÇÃO: A reunião foi devidamente convocada, conforme artigo 9º, parágrafo segundo do Estatuto Social da Companhia.

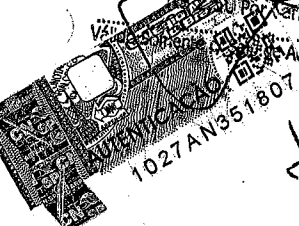
ORDEM DO DIA: Eleição dos membros da Diretoria da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Após a leitura da ordem do dia, posta em discussão e votação, os membros do Conselho de Administração da Companhia decidiram, por unanimidade, eleger os membros da Diretoria Executiva, a saber: **Sr. Marcos Tadeu Penalva Monteiro**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 6.198.965 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 018.790.928-83, residente e domiciliado na Rua da Consolação, 3701, apto. 1001, bairro **Merquês**, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01416-001, na qualidade de **Diretor**; **Sr. José Neres Cavalcante Junior**, brasileiro, contador, casado, portador da carteira de identidade nº 4.967.501, expedida pela SSP/PE e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 930.231.274-00, com endereço comercial na Rua Professor Alexandre Correia, 300, 11-V, bairro **Valério Vieira**, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 05657-230, na qualidade de **Diretor Financeiro**; e Sr.



6º TABELÃO DE NOTAS DES
JOSE MILTON
Rua Santo Amaro, 482
AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente
conforme original a mim apresentado
do que dou fé.
S. Paulo, 06 DEZ 2013

Valério Vieira
COTA POR
1027 AN 351 807



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.

DUCESP
05 12 13

João Carlos de Magalhães Gomes, brasileiro, engenheiro, casado, portador da carteira de identidade nº M2.095.407 expedida pela SSP/MG e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 702.255.916-34, com endereço comercial na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Torre F, 5º andar, bairro Jardim São Luiz, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 05804-900, na qualidade de Diretor Administrativo.

Os membros da Diretoria ora eleitos estão investidos de todos os poderes e obrigações estabelecidos no Estatuto Social da Companhia, pelo período de 2 (dois) anos a contar da assinatura do Termo de Posse.

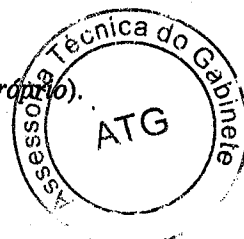
Os Diretores ora eleitos declaram, sujeitos às penas estabelecidas em lei, que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

APROVAÇÃO: A deliberação foi aprovada por unanimidade dos presentes.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os Conselheiros presentes. **Presidente da Mesa:** Sr. Rodrigo de Almeida Carnaúba; **Secretário da Mesa:** Sr. Renato Tai. **Conselheiros:** Sr. Rodrigo de Almeida Carnaúba, Sr. Adriano Sá de Seixas Maia, Sr. Marcelo Felberg, Sr. Carlos Alberto Mendes dos Santos, Sr. André de Oliveira Cândia, Sr. Amílcar Bastos Falcão, Sr. João Eduardo Cerdeira de Santana, Sr. Walmir Pinheiro Santana e Sr. Celso da Fonseca Rodrigues.

(Fica desde já consignado que a presente ata é uma cópia fiel da lavrada em livro próprio).

São Paulo, 25 de novembro de 2013



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELÃO
Rua Santo Amaro, 482

Autentico a presente cópia cartográfica,
conforme original a mim apresentado,
de que vou lá.



BEZ 2013 Rodrigo de Almeida Carnaúba

Presidente

Renato Tai

Secretário

88

7

Q

X

1-11-14

f

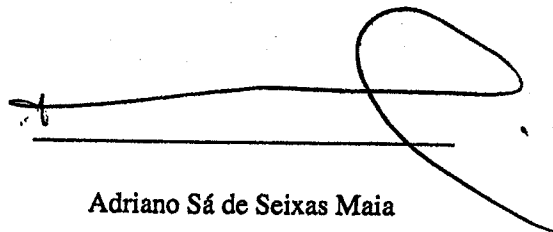
1

JUCESP
05 12 13

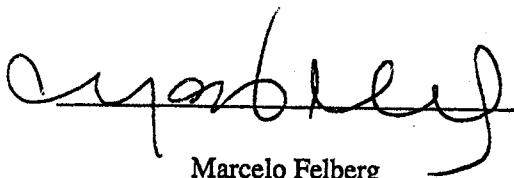
Conselheiros Presentes:



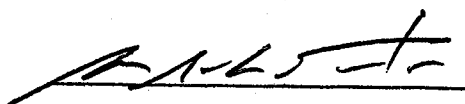
Rodrigo de Almeida Carnaúba



Adriano Sá de Seixas Maia



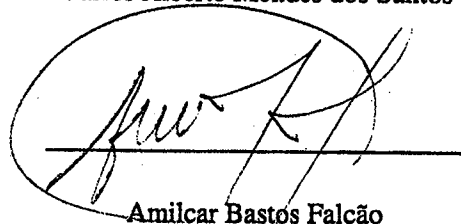
Marcelo Felberg



Carlos Alberto Mendes dos Santos



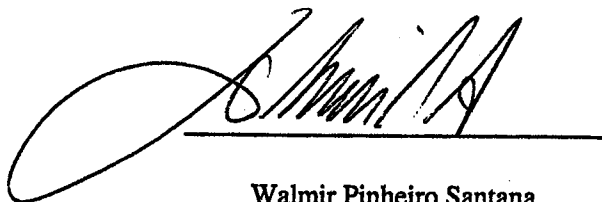
André de Oliveira Cândia



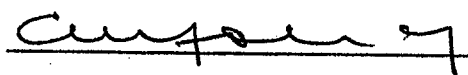
Amílcar Bastos Falcão



João Eduardo Cerdeira de Santana



Walmir Pinheiro Santana



Celso da Fonseca Rodrigues



88

Q

Handwritten marks and initials at the bottom right of the page.

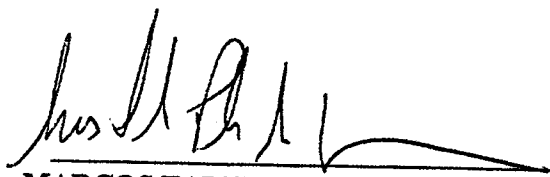
DUCE SP

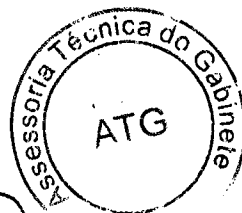
CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.
(em constituição)
("Companhia")

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **MARCOS TADEU PENALVA MONTEIRO**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da carteira de identidade nº 6.198.965 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 018.790.928-83, residente e domiciliado na Rua da Consolação, 3701, apto. 1001, bairro Cerqueira César, Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01416-001, que é investido no cargo de membro da Diretoria da Companhia, como Diretor Presidente, para o qual foi eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, sujeito às penas fixadas em lei, que não está proibido de exercer a administração da Companhia, não estando incurso em nenhum dos crimes previstos em lei ou condenação criminal, ou sob os efeitos de tal condenação a uma pena que impeça, mesmo que momentaneamente, ter acesso a cargos públicos, ou ainda que não há qualquer condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

O mandato se estenderá por dois anos a partir da data de assinatura do presente termo de posse.


MARCOS TADEU PENALVA MONTEIRO



6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON - TABELÃO

Autentico
conforme
do que do

S. Paulo,

Valério Vieira
COTA POR 2013

Autenticidade



DUCE SP

CONCESSIONÁRIA MOVE SÃO PAULO S.A.

(em constituição)
("Companhia")

TERMO DE POSSE

Em 25 de novembro de 2013, apresentou-se na sede da Concessionária Move São Paulo S.A., sociedade por ações, com sede na Avenida Alfredo Egídio de Souza Aranha, 374/384, térreo, sala 7, Edifício Andorra, Chácara Santo Antonio, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o Sr. **JOÃO CARLOS DE MAGALHÃES GOMES**, brasileiro, engenheiro, casado, portador da carteira de identidade de nº M2.095.407, expedida pela SSP/MG e devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 702.255.916-34, com endereço comercial na Avenida Maria Coelho Aguiar, 215, Torre F, 5º andar, Jardim São Luiz, na Cidade e Estado de São Paulo, que é investido no cargo de membro da Diretoria da Companhia, como Diretor Administrativo, para o qual foi eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada na presente data, comprometendo-se a exercer as funções do seu cargo, com fiel observância dos seus deveres, conforme estabelecido por Lei e pelo Estatuto Social, em relação aos quais, preenchendo os requisitos do cargo, declara, sujeito às penas fixadas em lei, que não está proibido de exercer a administração da Companhia, não estando incurso em nenhum dos crimes previstos em lei ou condenação criminal, ou sob os efeitos de tal condenação a uma pena que impeça, mesmo que momentaneamente, ter acesso a cargos públicos, ou ainda que não há qualquer condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

O mandato se estenderá por dois anos a partir da data de assinatura do presente termo de posse.



JOÃO CARLOS DE MAGALHÃES GOMES

6º TABELÃO DE NOTAS DE S. PAULO
JOSÉ MILTON TARALLO - TABELIÃO
Rua Santo Amaro, 482

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia reprográfica,
conforme original assim apresentado,
do que dou fé.

S. Paulo,

Valério 
COTAÇÃO
Este documento é pago
por via

Selo de Autenticidade

